



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS - *CAMPUS* ARAGUATINS
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

APARECIDA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA FRANÇA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO
LICENCIANDO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.**

ARAGUATINS

2020

APARECIDA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA FRANÇA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO
LICENCIANDO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Araguatins, como exigência à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Lopes de Alencar

ARAGUATINS

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins**

F815i França, Aparecida Cristina de Almeida Silva
A importância do Estágio Supervisionado na formação do
Licenciando em Ciências Biológicas / Aparecida Cristina de Almeida
Silva França. – Araguatins, TO, 2020.
32 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências
Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Araguatins, Araguatins, TO, 2020.

Orientador: Me. Ricardo Lopes de Alencar

1. Estágio Supervisionado. 2. Ciências Biológicas. 3. Formação. I.
Alencar, Ricardo Lopes de. II. Título.

CDD 570

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO LICENCIANDO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.

AUTOR: Aparecida Cristina de Almeida Silva França

ORIENTADORA: Prof. Me. Ricardo Lopes de Alencar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguatins*, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado (a) em 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lopes de Alencar, Servidor**, em 19/12/2020, às 07:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Cristina da Silva, Servidora**, em 30/12/2020, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Josinete Araujo Costa, Coordenador**, em 30/12/2020, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1173469** e o código CRC **6A560894**.

Dedico este trabalho aos meus amados pais Marinalva e Valmir, a quem devo tudo que sou. Ao meu querido filho, “meu filhotinho” Emanuel, por ter me proporcionado forças para chegar neste momento. Dedico ao meu marido Bismark, meu companheiro, “meu cuscuzinho” e meu grande incentivador. A vocês meu eterno amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, que durante esta jornada da minha vida esteve renovando minhas forças diariamente. Agradeço por esta grande conquista.

Aos meus queridos pais Marinalva e Valmir. Agradeço por tudo o que fazem por mim, pelas orações e pelo amor sem fim.

Ao meu esposo e companheiro, Bismark, pela paciência e força nos momentos difíceis da caminhada.

Ao maior amor da minha vida, meu filho Emanuel por ser minha fonte de motivação.

Aos meus sogros Rosilene e Matias pelo apoio incondicional.

Ao Prof^o. Me. Ricardo Lopes de Alencar, orientador deste trabalho, pela dedicação e o apoio na realização do mesmo. Obrigada pela colaboração.

Aos professores do IFTO – *Campus Araguatins*, pelas importantes contribuições para a graduação, me permitindo adquirir uma visão mais crítica sobre o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, e mais especificamente sobre o Estágio Supervisionado.

Aos amigos que encontrei durante o curso: Marly, Débora, Dailany (muerzinha), Suellen (SUSU), Lucas, Dallya, Magnum Jhonny, Wesley, Wyllasmar e Aurisneide. Com os quais pude dividir angústias, alegrias, desabafos, risadas e palavras de conforto. Pois, em um mundo competitivo, tive a sorte de encontrar pessoas que se mostraram dispostas a compartilhar. Meu muito obrigada!

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

Cora Coralina

Resumo

O Estágio Supervisionado é considerado o primeiro contato do licenciando com a futura área de atuação. Através da observação e da regência, o licenciando poderá adquirir saberes necessários e refletir sobre futuras ações pedagógicas. As experiências vividas durante a graduação e discutidas em sala com os colegas viabiliza uma análise crítica associada às práticas pedagógicas utilizadas. Ao longo do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, as disciplinas pedagógicas em conjunto com as experiências conquistadas durante o desenvolvimento dos estágios supervisionados, permitem aos licenciandos o proveito de experimentar na prática o exercício da docência reconhecendo o caráter experimental e o potencial autorreflexivo. Deste modo, este trabalho tem como objetivo, refletir sobre a importância dos Estágios Supervisionados para a constituição da identidade docente do licenciando de Ciências Biológicas. Para a elaboração desse estudo, foram realizadas revisões de literaturas e com base nessa revisão, foi possível concluir que os estágios são de grande influência para a formação inicial do acadêmico, pois, possibilitar vivenciar na prática o conhecimento teórico que adquiriu durante a graduação. Além disso, o graduando aprende a solucionar problemas e compreende a grande importância que o professor tem na formação pessoal e profissional de seus alunos.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Ciências Biológicas. Formação.

ABSTRACT

The Supervised Internship is considered the first contact of the licensee with the future area of activity. Through observation and the regency, the licensor can acquire necessary knowledge and reflect on future pedagogical actions. The experiences lived during graduation and discussed in a room with colleagues enables a critical analysis associated with the pedagogical practices used. Throughout the course of Degree in Biological Sciences, the pedagogical disciplines together with the experiences gained during the development of supervised internships, allow licensors to experience in practice the exercise of teaching recognizing the experimental character and self-reflective potential. Thus, this work aims to reflect on the importance of Supervised Internships for the constitution of the teaching identity of the undergraduate degree in Biological Sciences. For the elaboration of this study, literature reviews were performed and based on this review, it was possible to conclude that the internships are of great influence for the initial education of the academic, Therefore, it is possible to experience in practice the theoretical knowledge acquired during graduation. In addition, the undergraduate learns to solve problems and understands the great importance that the teacher has in the personal and professional training of his students.

Keywords: Supervised Internship. Biological Sciences. Training.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

Art.	Artigo
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUP	Conselho Superior
CP	Conselho Pleno
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
ES	Estágio Supervisionado
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
2.1	Ensino de Ciências Biológicas: breve histórico do ensino no Brasil..	14
2.2	A formação de professores de Ciências/Biologia.....	17
2.3	Estágio Supervisionado: conceito e legalização.....	18
2.4	Estágio Supervisionado e a formação do licenciando.....	22
2.4.1	As contribuições do estágio na formação.....	23
2.4.2	Relação da teoria e prática no estágio.....	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado (ES) vem sendo conceituado como um relevante instrumento pedagógico, na formação dos profissionais de licenciatura. Isso em função, das grandes mudanças oriunda do meio em que vivemos, assim como, da necessidade de uma boa integração entre a teoria e a prática do discente. Podendo este, por meio do estágio, exercitar os conhecimentos obtidos na Universidade, tal como averiguar se a área escolhida em que atuou é de fato a desejada, para exercer após sua formação (BIANCHI *et al.* 2005).

O ES deve oferecer aos estagiários não somente experiência em sala de aula, como também, mostrar a conexão da dinâmica escolar nos seus diversos aspectos, sendo ligação entre a Universidade e a Escola-campo, esta ligação deve possibilitar aos estagiários uma análise da realidade vivenciada dentro do âmbito Escolar, para que deste ponto possa contribuir com a concepção de novas ideias educativas. (BEHRENS, 1991)

Krasilchik (2008) declara que, a conexão entre a Universidade e as Escolas-campo não pode ser representada no sistema de cobrança ou fiscalização das ações educativas, e sim em uma atividade cooperativa, sempre tendo em vista à melhoria do ensino. Portanto, há uma grande importância na relação entre o espaço escolar, Universidade e a sociedade, para que possam conjuntamente compreender as adversidades de cada um e em união buscar solucioná-las. Deste modo, os sujeitos da escola compreendem melhor o papel do estagiário no espaço escolar, e o acadêmico já consegue discernir o que essas instituições anseiam dele.

Partindo deste conceito percebe-se que, o estágio supervisionado curricular é para os futuros profissionais de licenciatura um ensejo essencial, estendendo-se também como um caráter científico. Compreendendo desta maneira, um papel decisivo na formação profissional e, por essa razão, viabiliza a procura de inovação criativa nas respostas dentro do âmbito educacional para encarar o mundo. (GISI *et al.* 2000)

Para Scalabrin e Molinari (2013), o ES proporciona ao licenciado o controle de instrumentos teóricos e práticos indispensável à realização de suas funções propondo o benefício da experiência. Contudo, favorece o desenvolvimento no ramo

profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos obtidos durante o curso na Universidade.

O objetivo do estágio é permitir ao educando uma associação com o cotidiano no qual irá atuar. Ressalta-se que a importância do ES no incentivo a uma visão crítico-reflexiva, que confere aos estagiários os meios de um pensamento autônomo e que auxilie as dinâmicas de autoformação. O processo de formação profissional exige um investimento pessoal, atividade livre e criativa sobre os próprios objetivos, projetando constituição de uma identidade profissional (SILVA; GASPAR, 2018).

Assim, por meio de revisão de literatura buscou-se analisar neste trabalho, a relevância que o Estágio Curricular Supervisionado oferece na formação inicial do Licenciando em Ciências Biológicas do IFTO Campus – Araguatins.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ensino de Ciências Biológicas: breve histórico do ensino no Brasil

Em 1962, o Conselho Federal de Educação – CFE, regulamentou a Biologia como uma área de estudo através do Parecer 325/62, consolidando o currículo mínimo e a duração dos cursos de Licenciatura Plena em História Natural. No ano de 1964, o CFE firmou o currículo mínimo para o Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) adaptando o antigo curso de História Natural conforme aos requisitos da especialização e da necessidade alusiva a separação das áreas biológicas e geologia. Foi desde de então que, fundou-se os Institutos de Geociências e/ou Escolas de Geologia no país. Desde dessa época os formandos dos cursos de Ciências Biológicas, vêm atuando no Ensino de Biologia no Ensino Médio (2º Grau) e de n Ensino Fundamental (1º Grau). (BRAZIL; SANTOS; CASTRO, 1997)

O primeiro curso de formação na área de Biologia foi instituído na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, em 1934, sendo nomeado como História Natural. Simultaneamente à criação do curso de História Natural na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que teve origem na antiga Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira em 1935, quando foi Secretário de Educação do

governo de Getúlio Vargas. Mais tarde a UDF foi incorporada à Universidade do Brasil em 1939, atualmente chamada de UFRJ. (LUCAS, 2014)

No final da década de 50 o ensino de ciências ganha reconhecimento e passa a fazer do currículo escolar de forma relevante. Isso por conta do processo de industrialização e por grandes progressos na utilização de tecnologias nos meios de produção, estabelecendo uma formação básica em ciências, além da formação técnica profissional. No ano de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 4024/61) desassociou as decisões curriculares que se encontravam sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Assim, alguns docentes se disponibilizaram em parceria com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a organizar materiais didáticos e experimentais que ajudassem os professores ou para cidadão interessados por assuntos científicos. (NASCIMENTO et al. 2010)

Segundo Queiroz (2013), em 1970 e de acordo com a Lei 5691/71 o ensino de ciências passou a ser visto com um notável componente na preparação de trabalhadores qualificados. Consequentemente a disciplina de ciências naturais acabou por ser obrigatória nas oito séries do 1º Grau, denominando-se de ciências físicas e biológicas, por outro lado, sendo adotada no 2º Grau compreendendo os ensinamentos de biologia, física e química.

Desta maneira, Krasilchik (2000, p. 86) afirma que, “essas disciplinas passavam a ter a função de desenvolver o espírito crítico com o exercício do método científico. O cidadão seria preparado para pensar lógica e criticamente e assim capaz de tomar decisões com base em informações e dados.”

O final da década de 70, no país sugeria-se uma imediata reorganização do sistema educacional brasileiro de maneira a assegurar conhecimentos básicos aos cidadãos. Contudo, desde a década de 80, as pesquisas expandiram na área educacional, ressaltando a necessidade de uma sociedade democrática, da qualidade no ensino e da busca de novas metodologias. (NASCIMENTO *et al.* 2010)

No período de 1970, por conta das grandes crises e debates sobre degradação do meio ambiente, e atribuição das ciências para a sociedade, apareceram as primeiras discursões a respeito da inclusão das questões tecnológicas e sociais no currículo de Ciências, nesse contexto nasce o movimento CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Coincidentemente, manifesta-se questionamentos sobre a organização dos currículos (BRASIL, 1997, p. 20).

Segundo Brazil, Santos e Castro (1997). A profissão Biólogo foi regulamentada em 1979 pela Lei Nº 668/79. Esta definiu as áreas de atuação e conjecturou oportunidade de sua ação em “projetos de pesquisas, orientação e assessoria às empresas, realização de perícias e assinatura de laudos nas diversas áreas do conhecimento biológico”.

Entre os anos de 1970 a 1980 houve desenvolvimento de projetos para a composição de materiais didáticos apropriados às novas visões do ensino de Ciências, atribuindo destaque ao processo experimental. Muitas questões sobre o ensino de Ciências foram tratadas, algumas guiadas pela perspectiva piagetiana (cognitivista) e/ou construtivista. Nessa tendência, o aluno detém de um conjunto de conceitos próprios de conhecimento (às vezes incoerentes) para a sala de aula. Ainda nesse período, apareceram modelos de aprendizagem por mudanças conceituais.

A contrapartida didática à pesquisa das concepções alternativas é o modelo de aprendizagem por mudança conceitual, núcleo de diferentes correntes construtivistas. São dois seus pressupostos básicos: a aprendizagem provém do envolvimento ativo do aluno com a construção do conhecimento e as ideias prévias dos alunos têm papel fundamental no processo de aprendizagem, que só é possível embasada naquilo que ele já sabe (BRASIL, 1997, p. 21).

No ano de 1996 uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) foi aprovada; posteriormente, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais; os dois documentos orientavam que a escola detinha o papel de formar alunos capazes de desempenhar totalmente seus direitos e deveres perante a sociedade; que os conteúdos necessitam ser reproduzidos de maneira interdisciplinar e mostrando a inclusão do CTS no currículo. Para isso Brasil (1997, p.20) declara:

Era traço comum a essas tendências a importância conferida aos conteúdos socialmente relevantes e aos processos de discussão em grupo. Se por um lado houve renovação dos critérios para escolha de conteúdo, o mesmo não se verificou com relação aos métodos de ensino/ aprendizagem, pois ainda persistia a crença no método da redescoberta que caracterizou a área desde os anos 60.

Nessa época levantaram iniciativas reflexivas sobre a formação inicial e continuada dos professores de Ciências, com foco nessas vigentes políticas educacionais (Nascimento et al., 2010, p. 238).

[...] uma nova concepção de formação continuada, enfatizando a escola como um espaço privilegiado para a realização desta formação e considerando os processos de formação a partir do reconhecimento e da valorização dos saberes docentes, assim como as diferentes etapas do desenvolvimento profissional dos professores. [...] uma concepção crítica de educação, passando as atividades formativas a considerar a necessidade de

compreender as práticas educativas realizadas em diferentes contextos e de valorizar a capacidade de produção de conhecimentos por parte dos professores, sendo a reflexão a principal base para a aprendizagem e para o desenvolvimento profissional da docência.

Com o passar dos anos foram criadas várias políticas educacionais; a mais recente é a Base Nacional Comum Curricular, de 2018. Ela estabelece as aprendizagens fundamentais que os alunos precisam desenvolver durante a Educação Básica de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, com o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013. Tais documentos inclui a necessidade de fomentar as Ciências no ensino básico (Brasil, 2013; 2014; 2018).

2.2 A formação de professores para o ensino de Ciências/Biologia

Atualmente no séc. XXI ensinar e aprender Ciências Naturais e Biologia já é bem mais descomplicado do que nos tempos passados, isso por conta, da falta de professores formados na área, da carência de informações, da precariedade dos currículos da Educação Básica, da falta de metodologias de ensino diferenciadas, deficiência na avaliação de ensino-aprendizagem, da falta de relação entre professor, dentre outras várias questões. (LÜDKE, 2009)

Certamente, esses aspectos leva a reflexão sobre a formação de professores, enfatizando a formação continuada de professores. Desse modo, Gatti (2009, p. 163) declara que dentro da formação de professores e da qualidade de ensino, deve se considerar os seguintes aspectos:

Que o fato educacional é cultural; que o papel do professor é absolutamente central; que o núcleo do processo educativo é a formação do aluno; que é preciso considerar a heterogeneidade cultural e social de professores e alunos; e que as práticas educativas institucionalizadas determinam em grande parte a formação de professores e, na sequência, de seus alunos.

Na formação inicial de professores de Biologia, vale destacar que o processo de formação muitas vezes apresenta desafios quanto a correlação das informações da área e das informações pedagógicas. Diante disso, Scheid (2006, p. 109) intercede:

A formação de professores de Ciências Biológicas, sintonizada com as exigências contemporâneas, deverá estar centrada em fazer deles educadores e não técnicos de Ciências. Isso não significa desconsiderar a importância de oferecer um sólido conhecimento da disciplina, considerando que o domínio conceitual da área de atuação é condição necessária – mas não suficiente – para ser um bom profissional.

A formação docente de qualquer nível ou modalidade estão descritas na LDB 9.394/96, onde estabelece que “a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 1996)

A Resolução CNE/CES nº 1301/2001, a respeito de formação inicial do professor de Biologia, retratando da formação de bacharéis e licenciados, ao criar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas, declara que a formação precisa ser extensa, abrangendo a interdisciplinaridade, os conhecimentos da área específica, os saberes da área pedagógica. (BRASIL, 2001)

Carvalho e Gil-Péres (2011, p. 12) sobre formação de professores, destaca as necessidades formativas do professor de ciências, onde orienta que o professor deve fazer:

- 1) a ruptura com visões simplistas, 2) conhecer a matéria a ser ensinada, 3) questionar as ideias docentes do “senso comum”, 4) adquirir conhecimentos teóricos sobre a aprendizagem das ciências, 5) saber analisar criticamente o ensino tradicional, 6) saber preparar atividades capazes de gerar uma aprendizagem efetiva, 7) saber dirigir o trabalho dos alunos, 8) saber avaliar, e 9) adquirir formação necessária para associar ensino e pesquisa didática.

No cenário da atualidade, a formação de professores vem transitando por várias transformações, algumas como, por conta da realidade do mercado, pela competição, pela procura das licenciaturas a distância, e pela existência de novas tecnologias educacionais. Entretanto, para dobrar essa realidade Malacarne (2007, p.36) fala que, “a formação continuada, juntamente com a formação inicial, em nível superior, constitui-se em outro elemento importante para o êxito no ensino de formação e no ensino de ciências.”

2.3 Estágio Supervisionado: conceito e legalização

Para se compreender o Estágio Supervisionado dentro da estrutura do ensino superior e atribuí-lo como uma ferramenta importante para a formação docente, é preciso que se descreva de forma breve um apanhado histórico-legal a respeito do mesmo, para que seja necessário entender de ante mão o conceito de Estágio Supervisionado (ES).

Conforme Bianchi et al (2003, p.07) o estágio é “o período de estudos práticos exigidos dos candidatos ao exercício de certas profissões liberais [...] é um período probatório durante o qual uma pessoa exerce uma atividade temporária numa empresa”.

Para Silva (2014 apud BISSOLI 2002), o objetivo do ES está em sustentar, pela observação e prática realizadas no local de trabalho, os conhecimentos consolidados ao longo do curso. Pois, o mesmo é um procedimento didático pedagógico que contribui no processo educativo da formação profissional.

O estágio Supervisionado possibilita aplicar-se na prática os conhecimentos teóricos obtidos durante o curso, busca também explorar oportunidades de mudanças no mercado de trabalho, logo que possibilita ao acadêmico examinar uma área de interesse e ensaiar a habilidade deste no estágio. Desta maneira, Silva e Gaspar (2018, p. 206) descreve:

O estágio supervisionado é um espaço de aprendizagem da profissão docente e de construção da identidade profissional. Assim, ele é compreendido como campo de conhecimento e a ele deve ser atribuído um estatuto epistemológico indissociável da prática, concebendo-o como práxis, o que o define como uma atitude investigativa que envolve a reflexão e a intervenção em questões educacionais.

O marco inicial para que o Estágio Supervisionado introduzisse como parte integrante nos currículos escolares ocorreu-se por meio da Portaria nº 1002 de 29 de setembro de 1972 do Departamento Nacional de Mão de Obra do Ministério do Trabalho. (MATOS; RODRIGUES, 2014)

Desta forma, o ES só foi regulamentado por Legislação Federal em 1977 por meio da Lei nº. 6494 que “dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissional de 2º Grau e Supletivo”, ao qual, define em seu art. 1º., inciso 2º.:

Os estágios devem propiciar a complementação de ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano. (BRASIL, 1997)

Em sequência, foi deliberado o Decreto nº. 87.497, de 18 agosto de 1982, regulamentando a Lei nº 6.494 através da complementação seguinte do art. 2.º:

Considera-se estágio curricular. Para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionada ao estudante pela participação em situações reais da vida e trabalho de deu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. (BRASIL, 1982)

Ainda no art. 3º declara que:

O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público ou privado, oferecendo oportunidade e campos de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educativo. (BRASIL, 1982)

Conforme a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 1996) regulamenta em seu art. 82 que “os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior jurisdição.” (BRASIL, 1996)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação (2002, p.10) o ES deve ser concedido como “conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória, mas diversificada, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades de cada curso de graduação.”

Portanto, o Estágio Supervisionado deve assumir o papel investigativo, tendo uso na pesquisa. Para tal, Gisi et al (2000, p.05):

As possibilidades de o estágio constituir-se em uma estratégia que favoreça a aquisição de aptidões, competências e habilidades para o curso, pressupõe considera-lo como integrante e essencial do processo de formação devendo ser planejado de modo a propiciar experiências de aprendizagem dinâmicas, criativas e que possibilitem reflexão sobre a atuação profissional e sua intencionalidade.

Conseqüentemente, o ES passou a ser regulamentado pela Lei nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008 que descreve, dentre várias coisas, que a carga horária do estágio não ultrapasse 06 horas diárias e 30 horas semanais, onde que nos estágios que ocorram na própria Instituição está carga é diminuída para 20 horas semanais. Com relação à remuneração o art. 12 da presente li ressalta que “o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.” (BRASIL, 2008)

Já no que diz respeito ao Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, que dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ofertado pelo Campus Araguatins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Destaca-se que:

A carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado será de 400 horas na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição e de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2015, no seu art. 13, §1º, II. Para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFTO, *Campus Araguatins*, o Estágio Curricular Supervisionado inicia a partir do 6º período, tendo a sua carga horária total distribuída em três etapas. (BRASIL, 2014, p. 75)

Vale mencionar que não existe um valor mínimo definido na lei 11.788/08 e que deve ser pago ao estagiário, este por vez, deve ser definido entre a unidade concedente e o estagiário. Desta forma, percebe-se que a nova lei acarreta prejuízo aos estágios não obrigatórios das universidades requerido que são obrigadas a pagar bolsa-auxílio, além de vale transporte e seguro contra acidentes pessoais. (BRASIL, 2008)

De acordo com a Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, da Resolução nº 45/2015/CONSUP/IFTO, que “Dispõe sobre as diretrizes para a realização dos estágios curriculares supervisionados dos alunos matriculados nos cursos de graduação presenciais do IFTO e dá outras providências.” Em seu art.4º declara que:

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, quando requisito para obtenção do diploma, deve estar descrito no PPC e ser coerente com o perfil profissional do egresso, propiciando ao estudante a complementação do processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será componente curricular dos cursos de graduação do IFTO e deverá figurar como tal na matriz curricular do curso, constando sua carga horária. (BRASIL, 2014, p. 05-06)

Ainda conforme o Regulamento, em seu art. 58 que compreende a finalidade do estágio dentro dos cursos de licenciaturas:

Art. 58. O Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura é componente curricular obrigatório da organização das licenciaturas, conforme art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, incluído pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, e pela Resolução CNE/CP no 2, de 19 de fevereiro de 2002.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o

desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do aprendizado. (BRASIL, 2015, p. 23)

Conforme Behrens (1991, p. 19), a respeito da importância do estágio para os discentes declara que, não importando a qualidade do curso administrado na Instituição de ensino é pertinente que a experiência que o estudante vai deparar no meio profissional não é provinda de total repetição daquelas aulas em laboratórios ou de atividades práticas dentro da Universidade.

A inserção do aluno na realidade, para que tenha oportunidade de compreender as relações que perpassam o mundo do trabalho, atua sobre elas e ultrapassá-las é uma maneira de oferecer ao estudante uma formação completa [...] a dinâmica do cotidiano tem um caráter peculiar, na medida em que são inúmeros os fatores que se relacionam das mais diferentes maneiras. Compreender o dia-a-dia e traduzi-o é função da pesquisa; socializar os resultados das pesquisas é função do ensino. No entanto, para operar a realidade como ela se produz e se reproduz é preciso estar inserido nela. E o estágio é a oportunidade desta primeira inserção.

Deste modo, Fazenda apud (Pimenta, 1997, p.76), afirma que o estágio nada mais é:

Um processo de apreensão da realidade concentrada, que se dá através de observação e experiências, no desenvolvimento de uma interdisciplinar [...] a leitura da realidade exige instrumental adequado que envolve o saber observar, descrever, registrar, interpretar e problematizar a realidade.

Libâneo (2001, p. 50) constata que no Estágio Supervisionado apresenta uma conexão recíproca entre aprender e fazer aprender a conhecer:

O conhecimento adquire uma intencionalidade para a práxis. Não simplesmente para ser aplicado a ela, mas também para responder a situações ainda inéditas. Cria-se uma capacidade criativa de articulação entre conhecimento e prática, entre saber e ação, de modo que ambos se alimentam mutuamente. A prática modifica o conhecimento, e este, por sua vez, gera sempre novas práticas. Cria-se, assim, a atitude mental de sempre pensar o conhecimento em sua prolongação prática, e a prática em seu caráter cognitivo.

Assim, não há conhecimento sem prática e nem prática sem conhecimento inserido. Portanto, o estágio compreende, segundo Gisi *et al* (2000) uma grande experiência inicial da formação profissional e que confere ao estudante um contato com a futura área de trabalho.

2.4 Estágio Supervisionado e a formação do licenciando

2.4.1 As contribuições do estágio na formação

Os estágios supervisionados dos cursos de Licenciaturas são empregados ao componente curricular como Prática de Ensino, do qual seu objetivo é a qualificação do licenciando para o exercício da docência em específica área de ensino. O Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu Parecer número 21, de 2001, define o estágio:

Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. (BRASIL, 2001, p.10)

Por meio do Parecer nº 28/2001 do Conselho Nacional de Educação que retifica o Parecer nº21/2001, especificando a licenciatura como uma permissão para a ação de uma atividade profissional conforme a lei vigente. Descrevendo que o estágio é obrigatório e deve ser acompanhado por um profissional habilitado.

[...] estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. [...] Este é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. (BRASIL, 2001, p.10)

Nesse sentido, o CNE ressalta que o Estágio Supervisionado é obrigatório dentro dos cursos de licenciatura para obter graduação e precisa ocorrer a partir da segunda metade do curso de formação de professores, como conclusão formativa da relação teoria-prática e sob forma de dedicação centrada.

De acordo com Pimenta e Lima (2006, p. 06):

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais em geral, em contraposição à teoria. Não é raro ouvir-se dos alunos que concluem seus cursos se referirem a estes como 'teóricos', que a profissão se aprende 'na prática', que certos professores e disciplinas são por demais 'teóricos'. Que 'na prática a teoria é outra'.

Piconez (2012), menciona que o estágio supervisionado auxilia o estagiário a compreender na prática sua futura área de atuação, dessa maneira visa unir a teoria

à prática. Este mostra-se como uma maneira de compartilhar ideias e possibilidades, para transformar o modo de ensinar, do professor quanto o aluno estagiário, por meio de uma visão nova e amplo da sociedade. Assim, o estágio supervisionado viabiliza ao futuro professor ampliar a postura de pesquisador, estimular a observação e ter uma boa reflexão crítica da prática docente.

Embora as disciplinas ditas como “teóricas” ofertadas nos cursos de Ensino Superior, mostrar-se essenciais para a formação dos professores, por si só não são bastantes para a construção do futuro docente para a prática do ofício. Então, torna-se fundamental a inserção desses futuros professores na realidade diária do campo escolar. Tal ação se dar por meio do estágio supervisionado e da prática de ensino, promovendo dessa forma uma relação teoria-prática . (MIRANDA; MENEGUETTI; KALHIL, 2017)

O estágio, mostra ao licenciando uma conciliação da real situação do meio escolar, ajuda a identificar os desafios que circundam a sua carreira, possibilita compartilhar experiências além de refletir a respeito da profissão na qual atuará. Souza (2012 apud Pimenta e Lima 2004, p. 153) explica que: “O estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia a dia ”.

Para Pelozo (2007), a importância do estágio supervisionado como componente curricular pode ser percebida durante o processo do mesmo, pois, este tem por objetivo a confirmação e a associação da realidade profissional docente através da experiência e vivência dentro das práticas educativas nas escolas-campos.

2.4.2 Relação da teoria e prática no estágio

Pimenta e Lima (2012), relata que ainda na atualidade os estágios frequentemente são falhos em sua fundamentação, por muitas das vezes serem concebidos que o estágio seja conduzido na convicção de que se aprende a ensinar por meio da reprodução ou por utilização o de técnicas para a memorização dos conteúdos.

Franco (2008) declara que, a falta de entendimento torna neutra a compreensão cognitiva/emocional dos conhecimentos oferecidos pela teoria, logo os futuros professores, acabam por não entender a conexão entre os conhecimentos teóricos e suas práticas cotidianas. Isto acaba perdurando a complexidade de associar as teorias educacionais com as práticas pedagógicas. Do qual, de acordo com o autor, termina: “Impedindo a fertilização mútua entre esses dois polos da atividade educativa, perenizando a esterilidade de muitas teorias e a inadequação de muitas práticas” (FRANCO, 2008, p. 104).

A relação entre teoria e prática se arquiteta como um exercício, dentro de uma ação prática que tem como visão à transformação da realidade, expressada como base em uma teoria. Conforme explica Pimenta (1997), a teoria e a prática na educação são correlativos, dado que a teoria sem a prática se restringi apenas a um projeto que tem competência de ser aplicado, mas, a prática não pode instruir por si só. Partindo deste ponto, Fávero (2001) propõe a organização de um conhecimento dialético, em que a teoria e prática possa ser vista como um meio articulador no processo de formação agindo de forma integrada, inseparável e complementar.

Lisovski (2006) pressupõe que para sanar essa desconexão entre teoria e prática é relevante que o estudante consiga refletir acerca das atividades desenvolvidas no período de estágio, entendendo a realidade escolar e a classe de alunos em que vai estagiar. Também se faz necessário, refletir sobre as ações desenvolvidas com os alunos, além de ter o ensejo de colaborar junto aos professores da escola no desenvolvimento das atividades em sala.

Silva (2013, p. 2-3) afirma que:

[...] é fundamental compreender que para realização do estágio é necessária à devida integração das ações teóricas e práticas, uma vez que, o estágio no campo da docência difere das demais áreas de estágios de outros campos de conhecimentos técnicos. O estágio de formação de professores exige parceria e atuação permanente da instituição formadora (universidade) e da instituição formante (escola-campo), pois ambas são instituições responsáveis no processo de formação do futuro professor.

Assim, transformar o estágio supervisionado num campo de aprendizagem que induz a renovar periodicamente a prática e a mostrar novos jeitos de vivenciar e compreender o fazer pedagógico, é o obstáculo encarado nos variados cursos de formação por alunos e professores dentro das adversidades entre teoria e prática. (GUEDES, 2009)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se pela pesquisa, classificada como revisão de literatura, na qual foram consultados diversos artigos, revistas de publicação periódica, monografias, teses, que contemplam a investigação da relação do Estágio Supervisionado com a formação do Licenciando em Ciências Biológicas. Bem como em livros de autores significantes da área como Mirian Krasilchik, Fávero, Franco e Piconez resultando em uma revisão do desenvolvimento do ensino de Ciências e Biologia no Brasil bem como na definição e legalização do Estágio, e também da importância do mesmo na formação dos professores, como as suas contribuições e relação da teoria e prática funcionam dentro da sala de aula. Resultando nas colaborações que o Estágio pode trazer no campo educacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na revisão de literatura realizada foi possível concluir que, o estágio supervisionado é um meio de aprendizagem da profissão docente e de construção da identidade profissional. Sendo compreendido como campo de prática dos conhecimentos adquiridos na Universidade, permitindo a reflexão e intervenção da prática docente. (SILVA; GASPAR, 2018)

Desta forma Piconez (2012) confirma que, as experiências vividas dentro do estágio possibilitam, examinar as práticas de ensino e aprimora-las conforme a necessidade presente no ambiente de cada escola.

Souza (2012 apud Pimnta e Lima 2004) afirma que o estágio mostra ao licenciando uma conciliação da real situação do meio escolar, ajuda a identificar os desafios que circundam a sua carreira, possibilita compartilhar experiências além de refletir a respeito da profissão na qual atuará.

Para Miranda; Meneguetti; Kalhil (2017), o estágio é fundamental para a inserção dos futuros professores na realidade do campo escolar. Na qual, essa ação

enriquece a formação do educador, pois, promover a relação de teoria e prática na vivência do cotidiano da sala de aula.

No decorrer das pesquisas a respeito do estágio supervisionado, foi notável que as adversidades que circunda o tema geralmente foram apontadas pelas desigualdades existentes entre teoria e prática. Estas desigualdades estão na estrutura dos cursos de licenciatura, onde poucas vezes correlacionam a formação teórica e a formação prática para o exercício da docência. (FRANCO, 2008)

Segundo as autoras (PIMENTA e LIMA, 2006), há uma grande necessidade de repensar o significado de estágio. Pois, existe uma inclinação de categorizar o estágio em uma ação meramente instrumental, sendo resumido a uma observação ou entrevista.

Conforme Scheid (2006), o estágio supervisionado curricular deve ser visto como uma oportunidade de formação contínua da prática pedagógica. Onde em conjunto com as disciplinas teóricas desenvolvidas na licenciatura, apresenta um ambiente de desenvolvimento essencial no processo de formação de professores, contribuindo com o fazer profissional do futuro educador.

Contudo, na sociedade em que vivemos, é preciso realizar periodicamente estudos para conseguir acompanhar os avanços tecnológicos dos materiais educativos, estar a par das informações científicas. Assim, vemos a grande atribuição que a formação continuada exerce dentro do meio educacional. (MALACARNE, 2008)

Durante o Estágio Supervisionado é possível adquirir experiências e lembranças do cotidiano que o professor vivência. Detectando algumas dificuldades que desmotiva seguir na carreira profissional. Mas, estas falhas também, ajudam a reorganizar as ideias e refletir o tipo de profissional se deseja ser. Afirmando desta maneira, a contribuição que o mesmo oferece aos licenciandos de ensaiar as muitas práticas carregadas durante a formação. (BEHRENS, 1991)

Fica evidente, portanto, que o estágio supervisionado é um requisito indispensável para conclusão do curso de Ciências Biológicas, sendo também de caráter obrigatório a realização e o cumprimento de sua carga horária nos cursos de licenciaturas. Compreender suas contribuições é dispor o estágio em alvo de pesquisa, para que sejam formadas estratégias de acordo com a realidade, afim do melhor aproveitamento dessa etapa durante a formação do futuro professor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado que é disponibilizado nos cursos de licenciatura, viabiliza a oportunidade de os estagiários serem introduzidos em âmbito escolar, pela qual irão obter discernimento da realidade em que atuará. Dispondo do ensejo, para apropriar-se do conhecimento propiciado pela prática, adquirindo possibilidade de interagir com profissionais experientes da área e promover discussões acadêmicas a partir das experiências vivenciadas. Buscando, desenvolver um meio de ligação entre a Universidade e a escola-campo e favorecer dessa maneira com a formação de novas ideias educativas.

Diante das muitas dificuldades que abrange a formação docente, o estágio supervisionado mostra-se como um aparato importante e apto em aproximar o futuro professor com seu campo de atuação. Contudo, a formação inicial profissional por si só, não será capaz de formar um docente munido de competências e habilidades apenas na graduação.

A identidade deste profissional é construída durante sua formação inicial e na formação continuada, onde a atualização permanente é imprescindível ao longo das constantes transformações tecnológicas, das novas imposições e necessidades que a sociedade vem passando. Logo, visa a atribuição de uma reflexão quanto ao processo de educação e formação de professores na atualidade, analisando se estes satisfazem às exigências da comunidade.

Portanto, as experiências dos estágios supervisionados resultaram numa importante verificação da prática na realidade escolar vivenciada, e este momento oportuno trouxe um aprendizado essencial no decorrer da formação profissional docente. Sendo estes, de grande proveito em virtude de que, nele foi possível confirmar o verdadeiro desejo de dar aulas e levar o conhecimento para aqueles que buscam por informação.

Desse modo, no decorrer do estágio muitos estagiários renovam seus conceitos por meio da observação e reflexão do cotidiano ali presenciado. Permitindo ao futuro profissional, desenvolver atribuições para melhor apresentar suas práticas pedagógicas dentro de uma sala de aula, na vida do estudante, ou na escola, através duma perspectiva mais significativa para sua formação profissional e pessoal. Assim, possibilita aprender sobre outras metodologias para serem empregadas em sala, e

analisar as técnicas que não deram certo. Também proporciona refletir sobre o planejamento, e o replanejar constante, observar o desenvolvimento da relação professor-aluno, bem como refutar e aprender diante dos momentos de indisciplina, e dos momentos que um professor se vê incapaz perante as muitas situações adversas que se presencia em sala de aula.

Ainda com base nas revisões aqui apresentadas e elucidadas pela as experiências gozadas, concluo que de acordo com a real situação vista em sala, realizei várias pesquisas para estar conectada com as informações que surgem todos os dias. Levando estar como bagagem para a sala de aula, e usando-as conforme era necessitado. No desenvolvimento do estágio, observei que muitas vezes o professor fica refém do livro didático, não por vontade própria mais sim, por falta de recursos existentes na escola.

Contudo, o estágio curricular supervisionado como já citado, deve ser enxergado como um importante meio na formação do professor, pois carrega subsídios necessários para o exercício diário do futuro profissional. Pois, durante o período de estágio o acadêmico, como futuro professor, compreende a possibilidade de utilizar os conhecimentos teóricos na prática, sempre buscando fazer uma reflexão depois de cada aula ministrada, procurando melhorias e transformações ao longo do desenrolar do estágio. Assim também como, diante das mudanças que continuam no decorrer do seu cotidiano, isso porque, cada sala de aula e alunos apresentam realidades diferentes, que carece de posicionamento diferentes. Desta forma, são exigidas do professor constantes atualizações desde construir novos conhecimentos, implementação de inovações tecnológicas e metodológicas para possibilitar um ensino de qualidade para os seus alunos.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, A. C. M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Orientações para o Estágio em Licenciatura. São Paulo: **Pioneira Thomson Learning**, 2005.

BEHRENS, M. A. **O Estágio Supervisionado de Prática de Ensino: Uma proposta coletiva de reconstrução**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. 1991.

BERNARDY, K.; PAZ, D. M. T. **Importância do Estágio Supervisionado para a Formação de Professores**. XVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – UNICRUZ, Porto Alegre, 2012. Disponível em:< <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2012/ccs/importancia%20do%20estagio%20supervisionado%20para%20a%20formacao%20de%20professores.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL, **Base Nacional Curricular Comum**. 2018. Disponível em:< http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf> Acesso em: 27 nov. 2020.

_____, **Decreto N° 87.497, de 18 de agosto de 1982**. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm> Acesso em: 28 nov. 2020.

_____, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. 2013. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> Acesso em: 27 nov. 2020.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394)**. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: 27 nov. 2020.

_____, **Lei N° 1002, de 07 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6494.htm#:~:text=LEI%20No%206.494%2C%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201977.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20est%C3%A1gios%20de,Supletivo%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.> Acesso em: 28 nov. 2020.

_____, **Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm> Acesso em: 28 nov. 2020.

_____, **Parecer CNE/CP N° 21**, de 06 de agosto de 2001. Estabelece a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_212001.pdf> Acesso em: 14 out. 2020.

_____, **Parecer CNE/CP N° 28**, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2020.

_____, **Parecer CNE/CES N° 1301**, de 06 de novembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas. Brasília, 2001. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1301_01.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Naturais**. 1997. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro04.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2020.

_____, **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em:< <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 27 nov. 2020.

_____, **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas**. Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ofertado pelo Campus Araguatins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. 2014. Disponível em:< <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-araguatins/ciencias-biologicas/projeto-pedagogico-do-curso-licenciatura-em-ciencias-biologicas-campus-araguatins-2.pdf/view>> Acesso em: 28 nov. 2020.

_____, **Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO**. Dispõe sobre as diretrizes para a realização dos estágios curriculares supervisionados dos alunos matriculados nos cursos de graduação presenciais do IFTO e dá outras providências. 2014. Disponível em:< <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/regulamentos-cursos-graduacao/regulamento-estagio-supervisionado-cursos-graduacao-presenciais-ifto-1edicao.pdf/view>> Acesso em: 28 nov. 2020.

BRAZIL, T. K.; SANTOS, M. B. L. dos; CASTRO, M.C. L. de. **DRECRIZAÇÃO DA ÁREA E PADRÕES DE QUALIDADE DOS CRITÉRIOS DE GRADUAÇÕES EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Brasília, 1997. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padbiol.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2020

CARVALHO, A. M. P. de; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de Ciências: tendências e inovações**. 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em:< https://www.researchgate.net/profile/Daniel_Perez36/publication/305391589_Formacao_de_professores_de_ciencias/links/578cabb508ae59aa66812b8e/Formacao-de-professores-de-ciencias.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

CORTE, A. C. D.; LEMKE, C. K. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE AOS NOVOS

DESAFIOS DE ENSINAR. **XVII EDURECE**. Formação De Professores, Complexidade E Trabalho Docente. São Paulo, 2015. Disponível em:<
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22340_11115.pdf> Acesso em: 29 nov. 2020.

FAVERO, M. L. **Universidade e Estágio Curricular**: Subsídios para discussão. IN: ALVES, N. (org.). Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 2001.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GATTI, B. A. **Formação de professores: condições e problemas Atuais**. Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP), Itapetininga, v. 1, n.2, p. 161-171, Itapetininga, 2016. Disponível em:<
<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/347/360>> Acesso em: 28 nov. 2020.

GUEDES, S. T. R. A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO. **IX ENDURECE** – III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. PUCPR, Curitiba, 2009. Disponível em:<
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3582_2162.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte, 2014.

KRASILCHIK, M. **REFORMAS E REALIDADE: o caso do ensino de ciências**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14(1) 2000. Disponível em<<https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9805.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2020.

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia**. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

LUCAS, M. da C. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA NAS DÉCADAS DE 1960/70: ENTRE TRADIÇÕES E INOVAÇÕES CURRICULARES**. 2014, 136 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2014.

GISI, M. L. et al. ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE ESTÁGIOS. Revista Diálogo Educacional - v. 1 - n.2 - p.1-170 - jul./dez. 2000. Disponível em:<
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3295/3202>> Acesso em: 27 set. 2020.

GUEDES, S. T. R. A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO. **IX ENDURECE** – III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. PUCPR, Curitiba, 2009. Disponível em:<
https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3582_2162.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

LISOVSKI, L. A. **Organização e desenvolvimento do Estágio Curricular na Formação de Professores de Biologia**. Dissertação de mestrado. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2006.

Disponível

em:<<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6997/1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 15 set. 2020.

MALACARNE, V. PROFESSORES DE QUÍMICA, FÍSICA E BIOLOGIA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO. 2007, 261f. **Tese – Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2007. Disponível em:<

<http://flacso.org.br/files/2017/07/TeseVilmarMalacarne.pdf>> Acesso em 28 nov. 2020.

MATOS, V. A. A. de; RODRIGUES, R. V. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO HUMANA E TÉCNICA. **OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE – Artigos**. Curitiba, 2014.

Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_dtec_artigo_victor_alexandre_alves_de_matos.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

MIRANDA, P. R. M. de; MENEGUETTI, D. U. de O.; KALHIL, J. B. Estágio Curricular Supervisionado e Ensino de Ciências: a formação inicial em questão. **SOUTH AMERICAN – Journal of Basic Education, Technical and Technological**. Vol. 4 n. 1 (2017) p. 141-149. Rio Branco, 2017. Disponível em:<

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lt8m69FfW4YJ:https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/download/1251/811/+&cd=10&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 28 nov. 2020.

NASCIMENTO, F. do; FERNANDES, H. L.; MENDONÇA, V. M. de. O ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL: HISTÓRIA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DESAFIOS ATUAIS. **Revista HISTEDBR On-line**, n.39, p. 225-249. Campinas, 2010. Disponível em:< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639728>> Acesso em: 27 nov. 2020.

PELOZO, R. de C. B. Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão. **REVISTA CIENTÍFICA ELETÔNICA DE PEDAGOGIA** – Ano V – Número 10 – Julho de 2007 – Periódicos Semestral. Garça, 2007. Disponível em:<

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aprategiastagiosuperv.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

PICONEZ, S. C. B. (Coord.); **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, no 3 e 4, pp. 5-24, 2006. Disponível

em:<<https://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/10542>> Acesso em: 17 ago. 2020.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez Editora, 1997

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L.; **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação. Série Saberes).

QUEIROZ, V. A Lei Nº 5692/71 e o Ensino de 1º grau: concepções e representações. **XI EDURECE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em:< https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8356_5796.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista Unar**. Araras, vol. 7, n. 1 – 2013/3. Ano 2013. Disponível em:<http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf> Acesso em: 17 ago. 2020.

SCHEID, N. M. J. A. CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA DA BIOLOGIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – 2006, 215f. Tese - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89104/226215.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 28 nov. 2020

SILVA, H. I.; GASPARG, M. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 205-221, jan./abr. 2018. Disponível em:< <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3326>> Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, L. R. C. *et al.* Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente. **IX EDURECE**. III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA. Curitiba, 2009. Disponível em:< https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf> Acesso em: 31 ago. 2020.

SOUZA, A. M. R. de. A importância do estágio na formação profissional. **PORTAL EDUCAÇÃO**. Educação e Pedagogia. São Paulo, 2012. Disponível em:< <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-importancia-do-estagio-na-formacao-profissional/20570>> Acesso em: 14 out. 2020.